



Elisa Ferreira fica a meio da tabela na nova Comissão

Comissária portuguesa ficou com a pasta da Coesão e Reformas.

ECONOMIA 10 e 11 e EDITORIAL



Miguel Baltazar

Área: 820cm² / 29%

FOTO Titagem: 16.981

Cores: 4 Cores

ID: 6589623

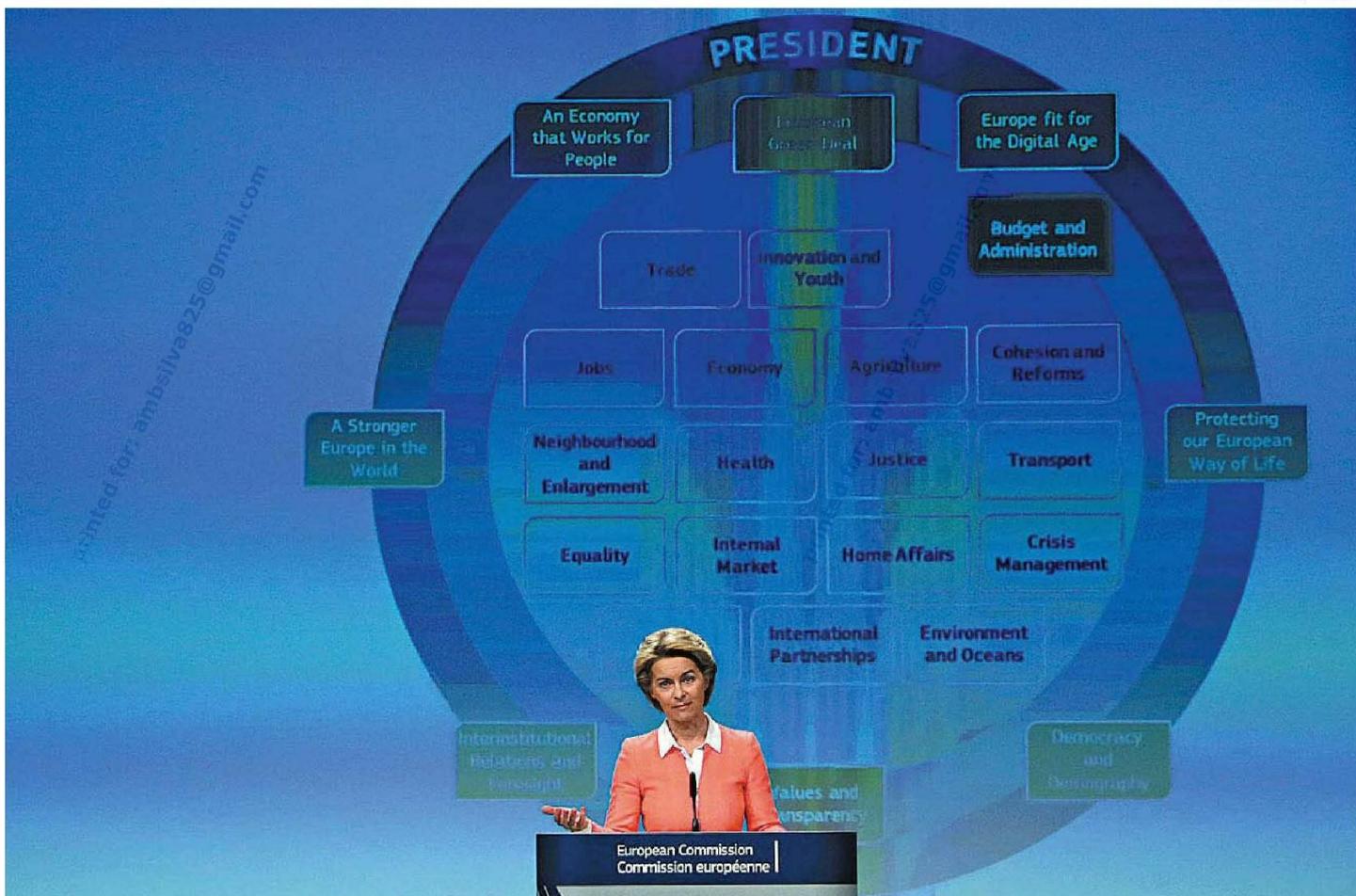


UNIÃO EUROPEIA

Elisa Ferreira fica a meio da tabela na Comissão

O primeiro-ministro garantiu uma “pasta importante” para Portugal na próxima Comissão Europeia e mostrou-se “satisfeito” pelo pelouro atribuído à portuguesa. Porém, as leituras ao grau de importância da comissária portuguesa divergem.

Yves Herman/Reuters



Ursula von der Leyen revelou os pelouros atribuídos a cada um dos seus comissários. Elisa Ferreira fica com pasta abrangente.

Área: 820cm² / 29%

Tiragem: 16.981 FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6589623



DAVID SANTIAGO

dsantiago@negocios.pt

“Esta pasta permitirá à comissária Elisa Ferreira, e também a Portugal, trabalhar em áreas estratégicas para o país”. Foi esta a reação do primeiro-ministro, António Costa, à notícia de que a ainda vice-governadora do Banco de Portugal fora escolhida como comissária para a Política de Coesão e Reformas. A portuguesa será responsável pela gestão dos fundos estruturais e por dois novos instrumentos financeiros, um para a transição energética e digitalização e outro para financiar reformas que permitam garantir maior coesão no bloco do euro.

Mas afinal em que medida Portugal sai beneficiado com a distribuição de pastas da presidente eleita da Comissão Europeia? “É uma pasta muito importante para a União Europeia e para Portugal”, afiança Carlos Zorrinho. O eurodeputado socialista avisa, contudo, que “a função dos comissários não é representarem os seus países, mas porem em prática políticas para o conjunto da União”.

António Goucha Soares discorda. O professor de Direito Europeu no ISEG considera que, “na prática, os comissários são as principais antenas dos países em Bruxelas” e sublinha que “Portugal sempre teve uma relação muito pragmática com a UE”. “Como foram os fundos estruturais que mudaram o país, depois da desaceleração devido ao alargamento e à crise, agora Lisboa pretende voltar a beneficiar”, explica.

Mas apesar de considerar que, “em termos substanciais”, a pasta atribuída é uma das que “mais in-

teressaria ao país”, este especialista em assuntos europeus realça que o país acabou por não ficar com a presidência da CE, nem com nenhuma das oito vice-presidências ou sequer uma das quatro pastas historicamente mais relevantes: Comércio, Concorrência, Mercado Interno e Agricultura.

Desta forma e tendo em conta que a dinamarquesa Margrethe Vestager acumula uma vice-presidência executiva com a tutela da Concorrência, quando muito Elisa Ferreira fica na 12.^a posição na tabela dos comissários com atribuições mais relevantes.

Aquém das expectativas

O próprio António Costa sai a perder na comparação com os seus pares. Entre os seis negociadores das três principais famílias políticas europeias que lideraram as conversações com vista à distribuição dos lugares de topo das instituições europeias – o português e o homólogo espanhol Pedro Sánchez pelos socialistas, os primeiros-ministros belga, Charles Michel, e holandês, Mark Rutte, pelos liberais, e Andrej Plenkovic e Krisjanis Karins, respetivamente primeiros-ministros da Croácia e da Letónia, pelo PPE –, foi o líder do PS a obter pior resultado.

Enquanto Espanha fica com o vice-presidente responsável pela Política Externa, Michel será o futuro presidente do Conselho Europeu, a Holanda mantém o socialista Frans Timmermans como vice-presidente, a Letónia continua a ter Valdis Dombrovskis como vice e a Croácia também assegura uma vice-presidência.

Perante este cenário, o eurodeputado do PSD, Paulo Rangel, faz um balanço “de alguma decepção face ao que António Costa tinha preanunciado”. Goucha Soares concorda e diz que “o proble-

ma foi ter-se alimentado a esperança de que Portugal iria ficar com a Economia”.

Rangel reconhece ainda assim tratar-se de uma “pasta relevante”, embora sinalize um “efeito contraproducente” que decorre da atribuição do FEDER (política regional) e do Fundo de Coesão a Portugal, que ao ter de assumir uma posição “neutral perde capacidade reivindicativa” no caso de ser apresentada uma proposta prejudicial para o país.

Já a eurodeputada do BE, Marisa Matias, diz que a pasta de é “importante mas estranha” porque junta “coesão com reformas”. “Juntar a verba alocada aos fundos estruturais às reformas pode condicionar a atribuição de fundos”, alerta.

Quanto aos obstáculos que a futura comissária vai enfrentar, Rangel recupera um tema polémico da campanha para as europeias para identificar o maior desafio de Elisa Ferreira: “Vai aceitar a proposta de Bruxelas que prevê um corte de 7% nos fundos de coesão?” ■

Em termos substanciais é uma das pastas que mais interessaria ao país. O problema foi ter-se alimentado a esperança de que Portugal iria ficar com a Economia

ANTÓNIO GOUCHA SOARES
 Professor do ISEG

Há um efeito contraproducente por Portugal ficar com o FEDER e o fundo de coesão: em vez de ter posição reivindicativa, terá posição neutral.

PAULO RANGEL

Eurodeputado do PSD